

Da cientificidade de Milton Santos ao ativismo de Boaventura: mote para problematizar fronteiras

Alexandre de Oliveira Fernandes^{1*} 

¹ Instituto Federal de Educação da Bahia, Brasil / Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil

*Autor de correspondência: alexandre.pro@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Cartografia Fronteiras
Geografia popular
Quilombos
Territórios indígenas

RESUMO

Resenha do livro CERQUEIRA – NETO, Sebastião P. G. Da cientificidade de Milton Santos ao ativismo de Boaventura Souza Santos: uma proposta de geografia popular. Salvador: EDUFBA, 2020.

KEYWORDS:

Borders
Cartography Indigenous territories
Popular geography
Quilombos

ABSTRACT

Book review CERQUEIRA – NETO, Sebastião P. G. From the science of Milton Santos to the activism of Boaventura Souza Santos: a proposal for popular geography. Salvador: EDUFBA, 2020.

PALABRAS-CLAVE:

Cartografía
Fronteras
Geografía popular
Quilombos
Territorios indígenas

RESUMEN

Reseña del libro CERQUEIRA – NETO, Sebastião P. G. De la ciencia de Milton Santos al activismo de Boaventura Souza Santos: una propuesta de geografía popular. Salvador: EDUFBA, 2020.

SUBMETIDO: 21 de outubro de 2022 | **ACEITO:** 05 de dezembro de 2022 | **PUBLICADO:** 30 de dezembro de 2022
© ODEERE 2022. Este artigo é distribuído sob uma Licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Resultado de estudos de pós-doutoramento realizados na Universidade de Coimbra (UC) em Portugal, em 2020, o professor Sebastião Cerqueira-Neto, do Instituto Federal de Educação da Bahia (IFBA / Porto Seguro), publicou seu livro “Da cientificidade de Milton Santos ao ativismo de Boaventura de Souza Santos: uma proposta de geografia popular”, ora aqui resenhado. Na esperança de ofuscar as linhas abissais e a ignorância da cartografia oficial, propôs uma geografia popular e humanista, a qual emerge de um “entre-lugar” a compilar a geografia nova, as linhas abissais e a epistemologia do Sul.

Trata-se de um estudo que revisa a utilização de mapas, mas não apenas isso, pois, é crítico à injustiça e à perversidade de agentes da globalização, contrapondo-se à sanha capitalista das empresas e ao desenfreado desejo de perpetuar a colonização e avançar com políticas neoliberais. Além do que, em desalinho com arroubos simplistas e autoritários desejosos de delimitar a vida, confinar ou aniquilar os sujeitos que vivem em lugares opacos, defende uma alternativa outra de análise: a geografia popular.

Por que tal defesa? Para romper com a cartografia tradicional e suplantar fronteiras, dar vazão ao híbrido e às aberturas que rasuram as dicotomias. Levando em consideração “a política, a economia, a sociedade e a natureza”, objetiva “a metamorfose do território”, consoante com “os movimentos advindos diretamente dos indignados e injustiçados ou em ações geradas a partir do Estado” (p. 44).

No livro ora resenhado, dividido em seis capítulos, longe de ser romântico ou ingênuo, problematiza fronteiras e transgride leituras oficiais e clichês postos em curso como efeitos de verdade. Está molhado de subjetividades – como deve ser –, discutindo com o leitor um mundo “real”, que não descende de uma descoberta lógico-causal, mas de uma relação social atravessada por questões de poder, jogos e disputas culturais. Escrito na contramão de maniqueísmos, aponta estratégias de sobrevivência de povos historicamente violentados – indígenas e negros –, ao revisar mapas, inclusive os mentais, com seus fluxos de afetos, percepções, desejos e pensamentos, assentados em geografias oficiais ultrapassadas, dados históricos e físicos despropositados, expõe-nos um encontro dialógico entre dois intelectuais, o saudoso professor da Universidade de São Paulo (USP), Milton Santos e o sociólogo português, Boaventura de Souza.

Friccionando saberes produzidos por Boaventura e Milton Santos, conta-nos Cerqueira Neto que as linhas abissais se, por um lado, contribuem para fortalecer as desigualdades brasileiras, por outro, já não servem para explicar as complexidades do mundo atual. As análises elencadas ao longo de pouco mais de 130 páginas, não pretendem suplantar os estudos da geografia, ao contrário, enriquece-os, porque demonstram como os governantes e o poder instituído, aliados aos interesses econômicos de corporações, utilizam-se de linhas abissais dificultando formas outras, mais acolhedoras com a diferença, de se pensar o território brasileiro.

Em linhas gerais, trabalhando com uma semântica ampliada do que seja geografia, com vistas a acompanhar as dinâmicas das sociedades e superar fronteiras, mapas e a decorrente restrição social, cultural, étnica e econômica, o livro em tela não descredibiliza essa área do conhecimento. Antes, pretende encantá-la, aproximando-a da arte, da literatura, do debate filosófico e interdisciplinar, colaborando para superar, de certo modo, uma crise epistêmica que acometeu não só a geografia como outras áreas dos saberes.

Sistematicamente, em seu capítulo primeiro, "Geografia popular: a geografia em movimento", passa em revista o pensamento de Caio Prado Junior, Josué de Castro, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, com vistas a demonstrar que esses autores, a seu tempo e guardadas as dimensões, apontavam para a "existência de demarcações cartográficas perversas, ou seja, a implantação de linhas abissais" (p. 37). Eles denunciaram as condições miseráveis de vida do povo brasileiro e apontaram resistências através de lutas diversas em proveito de uma justiça territorial.

No capítulo seguinte, promove discussão acerca das macrorregiões brasileiras e a necessária superação das linhas abissais, haja vista que mascaram disparidades internas, reiteram uma hierarquização econômica e fomentam preconceitos sobre as regiões do país: Amazônia e sua paisagem natural; Nordeste e sua agricultura de subsistência; Centro-Sul como polo economicamente desenvolvido e industrial. De sorte que, "tudo que é considerado exótico ou rudimentar está concentrado na Amazônia e no Nordeste" (p. 55). O que está a fazer Cerqueira-Neto? Indica-nos que há "mapas sufocantes" funcionando como um mal olho, porque estereotipados fortalecem estigmas e, em nada colaboram para uma visão crítica acerca do país, antes, recalcam nossas peculiaridades e dificultam uma integração nacional. Deste modo, assevera que as divisões ainda hoje acolhidas na área da geografia, a despeito de serem canhestras, produzem abjeções e lugares opacos.

No capítulo terceiro, prossegue desconstruindo ideias como "estados" brasileiros e os mapas estaduais. Essa última é apontada como a maior linha abissal do país, fortalecida por disputas entre os estados brasileiros. Em capítulo posterior, problematizando um estudo de caso entre Bahia e Minas Gerais, detidamente experienciado nas cidades de Salto da Divisa (MG), no Vale do Jequitinhonha, e Eunápolis (BA), no extremo sul da Bahia, argumenta o pesquisador que as relações traçadas entre as cidades estudadas são melhor apreendidas levando-se em conta a geografia popular e não a linha abissal.

O capítulo quinto pode redimensionar nosso pensamento sobre quilombolas e indígenas, a partir de discussão sobre a comunidade de Helvécia, "um território (in)visível" no extremo sul da Bahia e sobre a etnia Pataxó, representada pelos habitantes da Reversa da Jaqueira, em Porto Seguro. Se, por um lado, os pataxós

têm logrado utilizarem-se do turismo em seu benefício, “demonstrando um alto grau de resiliência” (p. 114), por outro lado, a comunidade quilombola de Helvécia comporta diversas contradições, a exemplo de abrigar no prédio de sua antiga estação ferroviária – hoje um museu –, representações do colonizador europeu e silenciar-se quanto a símbolos que fortalecem a luta dos quilombos e a crítica às violências contra os negros.

Ao remeter visibilidade a grupos historicamente vilipendiados, quais sejam, indígenas e quilombolas, transgredindo leituras oficiais e clichês, Sebastião Cerqueira-Neto, entre cientificidade e ativismo, se junta às ações ordinárias promovidas por intelectuais da monta de Boaventura e Milton Santos. Convida o leitor da área da geografia, da etnografia, da arqueologia, bem como os interessados em Direitos Humanos, Teorias Contra coloniais, Decoloniais, estudos étnicos e afins, a encontrar caminhos alternativos, contrários à globalização perversa. Tal convite implica defender que “a geografia pertence a todos” – subtítulo do capítulo final do livro aqui resenhado – ou seja, é de interesse de todos nós, na busca de uma política solidária global, com vistas à “projeção de um mundo utópico com uma política antifronteiras” (p. 86).

Ainda que estejamos espremidos pelos interesses dos poderosos, vide a luta entre cidades pela concentração de cobranças como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – uma linha abissal, individualista e geo-preconceituosa –, as reformulações apontadas por Cerqueira-Neto ao longo de seu livro, não se furtam a compreender que “algo está acontecendo dentro de algumas regiões estaduais” (p. 23). Daí nos contar sobre desejos separatistas e configurações complexas e novas, sem deixar de destacar os movimentos sociais do campo, os quais impactam na geografia supostamente estanque, ocupando prédios abandonados e movimentando-se em torno da reforma agrária.

À despeito de uma cartografia carcomida, dissonante das realidades sociais, atento às exclusões, as recapitulações elencadas por Cerqueira-Neto, compreendem que distinções presumivelmente didáticas produzem erros grosseiros, a saber, se por um lado, em São Paulo estão os bancos, as empresas e o grosso do capital financeiro, por outro lado, suas ruas pelejam com os pobres e os famintos, os desabrigados e os efeitos das drogas e do abandono. Apesar de habitarem o chamado “norte” – remissão conotativa aos países ricos –, esses

indivíduos fazem parte de um sul metafórico, pois, habitam um lugar opaco, signo de violência, invisibilidade, subalternização, acossados por descaso político, mas também prenes de resistência.

Legando destaque aos excluídos das políticas públicas, o livro ora em tela questiona as razões e as fragilidades através das quais, ainda hoje, se prossegue com uma cartografia duvidosa, a qual, serve a “um modelo administrativo defeituoso”, interessado em “manter a relação metrópole versus colônia” (p. 46). E, como demonstra, alguns estados são pensados como ilhas à parte do extenso e intrincando território que é o Brasil; há uma divisão regional sediada em interesses econômicos de grupos e famílias ditas tradicionais; os bairros pobres e ricos são apartados numa lógica de condomínio, atravessados por disputas e bloqueios por territórios e bens simbólicos e capital. Essas fragmentações não colaboram para o crescimento do país e para o fortalecimento de sua democracia, porque, p. ex., dificulta a participação política de determinados sujeitos. Logo, registra:

A democracia no Brasil não pode ser resumida ao cotidiano da maioria da população; a democracia tem que se adaptar também à multiculturalidade do seu povo. Portanto, um município que abriga em seu território comunidades indígenas e ou quilombolas não é democrático se estes não tiverem direito a, pelo menos, uma cadeira na câmara municipal. Um candidato quilombola ou indígena, dificilmente, será eleito dentro de um universo em que a quantidade de eleitores não indígenas ou não quilombolas é infinitamente superior à do eleitorado dos povos tradicionais (p. 127).

Em outros termos, o livro em tela favorece reflexões complexas acerca de outros caminhos, “onde os mapas não se configurem numa barreira para a convivência entre as sociedades do mesmo país” (p. 118). Decolonial, arremata: “há a necessidade de pensar o Brasil a partir do Brasil” (p. 121). Logo, não se trata de um estudo decodificador da realidade, isento, neutro, mas resultado de agência ativa, uma metaepistemologia que reflete sobre as condições de uma cartografia abissal, a qual promove lugares turvos e abjeções porque ignora que “o espaço geográfico, físico e humano”, não pertence “a um só grupo social, político ou econômico, mas a toda população brasileira” (p. 70).